

Despachos

O Exmo.Sr. Presidente do TCE/PE, no uso de suas atribuições, proferiu o seguinte despacho: Prot.183-Jonas Moreno de Andrade Almeida, indefiro; Prot.375-José Márcio Nunes Santos, defiro em conformidade com o despacho supra da Assessoria Técnica desta Presidência. Recife, 26 de maio de 2004.

O Sr. Diretor de Recursos Humanos do TCE/PE, no uso das atribuições conferidas pela Portaria 115/04, proferiu os seguintes despachos: Prot.506-Ivete Vieira Costa, autorizo; Prot.535-Mônica Ferreira Silva, autorizo; Prot.530-Gustavo Henrique A. Santos, autorizo; Prot.531-Gustavo Henrique A. Santos, autorizo; Frnciélia Ferreira Mendes, autorizo, CI nº 195/04(NIF)-João Carlos Duarte Santos, autorizo; Prot.532-Esther Alice Oliveira Nunes, autorizo. Recife, 26 de maio de 2004.

Acórdãos

ACÓRDÃO T.C. Nº 1011/01

EMENTA: Legal a transferência, a pedido, para a reserva remunerada, de policial militar, com proventos integrais, de acordo com a legislação vigente.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0003697-3, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria-DPE nº 679, da Diretora de Pessoal do Estado, de 28 de setembro de 2000, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de setembro de 2000, que transferiu, a pedido, para a reserva remunerada, JOSÉ MARIA DE BARROS NETO, matrícula nº 3039-2, 2º Sargento PM, com a fundamentação legal constante na citada Portaria, retroagindo os seus efeitos a 14 de junho de 1996, fixando em favor do interessado os proventos mensais integrais, com base no Soldo de 1º Sargento PM, no valor de R\$ 1.140,33 (um mil, cento e quarenta reais e trinta e três centavos), ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Soldo de 1º Sargento,	
em 14/06/96	R\$ 140,02
Gratificação de Capacitação Profissional - 100%	R\$ 140,02
Gratificação de Representação - 160%	R\$ 224,03
Gratificação Rep. da Função (base Soldo de Cel. PM)	R\$ 47,62
Gratificação Auxílio Moradia - 95%	R\$ 133,02
Gratificação de Exercício - 20%	R\$ 28,00
Gratificação Adicional por Tempo de Serviço - 30%	R\$ 213,81
Adicional de Inatividade - 30%	R\$ 213,81
Total	R\$ 1.140,33

Deixar registrado que o policial faz jus à gratificação de incentivo, a partir de janeiro de 1999, como melhoria posterior, nos termos do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal.

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.

Recife, 18 de julho de 2001.

aa) Conselheiro Romeu da Fonte - Presidente da 2ª Câmara em exercício

Auditor Ruy Ricardo Harten Júnior - Conselheiro em exercício e Relator

Auditor Carlos Maurício Cabral Figueiredo - Conselheiro em exercício

Fui presente: Dra. Maria Nilda da Silva – Procuradora

(REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO.)

PROCESSO T. C. Nº 0401711-0
APOSENTADORIA
INTERESSADA: EDILENE LUZ PINHEIRO SILVA

ADVOGADO:
RELATOR: CONSELHEIRO ROLDÃO JOAQUIM
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 758/04

EMENTA: Ao funcionário público professor, do sexo feminino, com 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, é de ser deferida a aposentadoria com proventos integrais, de acordo com a legislação vigente.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0401711-0, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria-SARE nº 634, do Secretário Executivo de Administração e Serviços-SARE, publicada no Diário Oficial do Estado em 2 de março de 2004, que aposentou EDILENE LUZ PINHEIRO SILVA, matrícula nº 47.140-2, Professor II, Classe III, FS-a, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com a fundamentação legal constante na citada Portaria, fixando em favor da interessada os proventos mensais integrais no valor de R\$ 1.029,04 (um mil e vinte e nove reais e quatro centavos), ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Vencimento de Professor II, Classe III, FS-a,	
em 02/03/04	R\$ 605,32
Gratificação Adicional por Tempo de Serviço- 20%	R\$ 121,06
Gratificação pelo Exercício do Magistério- 50%	R\$ 302,66
Total	R\$ 1.029,04

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.

Recife, 21 de maio de 2004.

Conselheiro Severino Otávio Raposo - Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro Roldão Joaquim dos Santos - Relator

Auditor Valdecir Fernandes Pascoal - Conselheiro em exercício

Fui presente: Dra. Maria Nilda da Silva – Procuradora

REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO.

PROCESSO TC. Nº 9805239-1
APOSENTADORIA
INTERESSADA: MARIA DE LOURDES NEVES BARROS
ADVOGADO:
RELATOR: AUDITOR LUIZ ARCOVERDE FILHO, CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 808/04

EMENTA: llegal a Portaria de aposentadoria de funcionário público, por falta de respaldo legal.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 9805239-1, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, considerando que este Tribunal decidiu nos autos do Processo TC nº 9903428-1, por meio da Decisão TC nº 0043/03, que o Ato nº 032/92, que designou a servidora para exercer o cargo de Assistente de Biblioteca e no qual foi aposentada, não encontra respaldo na lei que o fundamentou, negando-lhe registro, em julgar ilegal a Portaria nº 191/98, do Prefeito do Município de Pesqueira, de 30 de junho de 1998, que aposentou a servidora MARIA DE LOURDES NEVES BARROS, Assistente de Biblioteca, Nível V, daquele Município.

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.

Recife, 26 de maio de 2004.

Conselheiro Roldão Joaquim dos Santos - Presidente da 2ª Câmara em exercício

Auditor Luiz Arcoverde Filho - Conselheiro em exercício e Relator

Fui presente: Dr. Gilmar Severino de Lima - Procurador

PROCESSO TC Nº0102173-4
APOSENTADORIA
INTERESSADA: MARIA MAURICEA CAVALCANTI
ADVOGADO:
RELATOR: CONSELHEIRO FERNANDO CORREIA
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 809/04

EMENTA: Legal a aposentadoria compulsória de funcionário público, com proventos proporcionais, de acordo com a legislação vigente.

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Carlos Porto de Barros; **Vice-presidente:** Luis Romeu Cavalcanti da Fonte; **Corregedor:** Fernando José de Melo Correia; **Diretor da Escola de Contas:** Severino Otávio Raposo Monteiro; **Ouvidor:** Roldão Joaquim dos Santos; **Conselheiros:** Adalberto Farias Cabral, Carlos Porto de Barros, Fernando José de Melo Correia, Maria Teresa Caminha Duere, Roldão Joaquim dos Santos, Luis Romeu Cavalcanti da Fonte e Severino Otávio Raposo Monteiro; **Auditor-geral:** Luiz Arcoverde Cavalcanti; **Procurador-geral:** Dirceu Rodolfo de Melo Júnior; **Diretor-geral:** Francisco Sifônio de Sousa; **Editor Responsável:** Inaldo Sampaio; **Supervisão e Coordenação:** Lúcia das Neves; **Estagiárias:** Maria Isabel Chaves e Priscila Sedicias, **Fotógrafo:** Pedro Luiz; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão; **Endereço:** Rua da Aurora, 885, Boa Vista – Recife-PE – CEP: 50.050-000 – Fones: **PABX** - 3413.7600. **Imprensa** - 3413.7671. **Fax Presidência** - 3423.1512. **Ouvidoria** - 0800.811027.



Nosso endereço na Internet <http://www.tce.pe.gov.br>

PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I		
DESPESA COM PESSOAL	Expressa em R\$	
	Jan/2004 a Abr/2004	Mai/2003 a Abr/2004
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	19.668.178,88	65.145.196,61
<i>Pessoal Ativo</i>	<i>20.078.805,60</i>	<i>68.961.391,70</i>
<i>Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)</i>	<i>(410.626,72)</i>	<i>(3.816.195,09)</i>
(-) Precatórios(Sent. Judiciais), ref. a Período Anterior ao de Apuração	0,00	0,00
(-) Inativos com Recursos Vinculados	0,00	0,00
(-) Indenizações por Demissão	0,00	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores – URV	(410.626,72)	(3.143.716,48)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores – IPSEP	0,00	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores - QUINQUÊNIOS	0,00	(672.478,61)
<i>Pessoal Inativo e Pensionistas</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
(*) Aposentadorias – FUNAFIN	3.805.699,19	12.632.683,93
(*) Pensões – FUNAFIN	908.219,52	2.673.208,66
(*) Contribuição a FUNAPE (4% s/ FUNAFIN) - FUNAFIN	123.771,80	417.859,66
(*) Contribuição a FUNAPE (4% s/ FUNAFIN) - FUNAFIN Exercícios Anteriores	2.433,25	20.236,84
(-) Despesa com Obrigação Patronal FUNAFIN	(1.844.916,79)	(6.423.594,11)
(-) Despesa com Obrigação Patronal FUNAFIN Complementar	(1.682.564,17)	(4.766.031,19)
(-) Contribuição a FUNAPE (4% s/ FUNAFIN) - FUNAFIN Exercícios Anteriores	(2.433,25)	(20.236,84)
(-) Contribuição dos Servidores ao FUNAFIN	(1.310.209,55)	(4.534.126,95)
(*) Outros	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II)	224.428,05	559.478,92
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	19.892.606,93	65.704.675,53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	1.747.475.472,04	4.803.379.777,78
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL	1,1384%	1,3679%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,56%	27.260.617,36	74.932.724,53
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,48%	25.862.636,99	71.090.020,71
FONTE: SIAFEM 2004		
Carlos Porto de Barros Presidente do TCE-PE		
Francisco Sifônio de Sousa Diretor Geral do TCE-PE		
Henrique Anselmo Silva Braga Contador - CRC-PE 14.240 / O-9		

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0102173-4, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria nº 2118, do Prefeito da Cidade do Recife, publicada no Diário Oficial do Município em 27 de outubro de 2000, que aposentou MARIA MAURICEA CAVALCANTI, matrícula nº 2160-1, Agente de Serviços Gerais, com a fundamentação legal constante na citada portaria, fixando em favor da interessada os proventos mensais proporcionais no valor de R\$ 213,09(duzentos e treze reais e nove centavos), ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Vencimento de Agente de Serviços Gerais, NA-8, em 15/08/00 (Data da Compulsória)	R\$151,00
Adicional de Função	R\$ 47,60
Gratificação Adicional por Tempo de Serviço	R\$ 39,72
Grat. Adic. por Tempo de Serviço (adq. após EC 19/98)	R\$ 7,55
Subtotal	R\$245,87
Valor proporcional calculado à base de 26/30	R\$213,09

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.

Recife, 26 de maio de 2004.

Conselheiro Fernando Correia - Presidente da 1ª Câmara em exercício e Relator

Conselheira Teresa Duere

Auditora Alda Magalhães - Conselheira em exercício

Fui presente: Dra. Eliana Maria Lapenda de Moraes Guerra - Procuradora Geral Adjunta

PROCESSO T.C. Nº 0305004-0
PENSÃO
INTERESSADA: IRACY CÂNDIDA COSTA
ADVOGADO:
RELATORA: CONSELHEIRA TERESA DUERE
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 810/04

EMENTA: Legal a concessão de previdenciária à beneficiária do ex-servidor público, fixando os proventos mensais, de acordo com a legislação vigente.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0305004-0, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto da Relatora, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria nº 0943, do Prefeito da Cidade do Recife, publicada no Diário Oficial do Recife em 10 de fevereiro de 2001, que

concedeu pensão previdenciária à Sra. IRACY CÂNDIDA COSTA, CPF nº 594.890.654-04, viúva do Sr. Edgar Merenciano da Costa, ex-servidor da Prefeitura do Recife, cuja matrícula era a de nº 07.486-8, com a fundamentação legal constante na citada portaria, contando-se os seus efeitos a partir de 29 de setembro de 2000, data posterior ao óbito, fixando em favor da interessada a pensão mensal equivalente a 100% dos proventos que vinha percebendo o ex-servidor, no valor de R\$ 285,66(duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Proventos de Trabalhador, em 29.09.00 (Data Posterior ao Óbito). R\$ 151,00

Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – 25,00% R\$ 57,13

Extra Diário. R\$ 50,33

Risco de Vida . R\$ 27,20

TOTAL. R\$ 285,66

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.

Recife, 26 de maio de 2004.

Conselheiro Romeu da Fonte - Presidente da 1ª Câmara

Conselheira Teresa Duere - Relatora

Auditor Adriano Cisneiros - Conselheiro em exercício

Fui presente: Dra. Eliana Maria Lapenda de Moraes Guerra - Procuradora Geral Adjunta.

PROCESSO T.C. Nº 0101415-8
PENSÃO
BENEFICIÁRIA: MARIA DO CARMO LIMA
ADVOGADO:
RELATOR: CONSELHEIRO ROMEU DA FONTE
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 811/04

EMENTA: Legal a concessão de pensão previdenciária, à beneficiária de ex-servidor público, fixando os proventos mensais, de acordo com a legislação vigente.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0101415-8, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria nº 1831, do Prefeito da Cidade do Recife, publicada no Diário Oficial do Recife em 02 de setembro de 2000, que concedeu pensão previdenciária à Sra. MARIA DO CARMO LIMA, CPF nº 380.982.454-20, companheira do Sr. Alberique Farias de Barros, ex-servidor da Prefeitura do Recife, cuja matrícula era a de nº 08121-0, com a fundamentação legal constante na citada

